

# ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Examinador: Des. Wander Marotta

### Instruções:

- Procure ser sintético. A avaliação alcança a capacidade de ser objetivo. Não ultrapasse, em cada resposta, 20 linhas de texto.
- Há necessidade de escrever corretamente. O texto será avaliado, por ser talvez o mais importante instrumento de trabalho do magistrado.

### Questão 1

O ato político (ou de governo) praticado pela Administração também está sujeito a controle judicial ? Ou apenas o ato administrativo *strictu sensu* é suscetível a tal controle ?

### Questão 2

O Instituto Municipal de Previdência de Ponte Nova/MG (IMPREP) decidiu realizar concurso público para a contratação de servidores encarregados dos serviços de segurança do seu prédio-sede, situado na Av. Caetano Marinho, 187, naquela cidade.

Fez expedir edital, do qual constou a exigência de exame psicotécnico, com caráter eliminatório, a ser realizado após as provas escritas e antes das orais.

Embora não haja lei municipal prevendo a exigência de tal exame, a Administração salientou que o serviço e a função a serem efetivamente exercidos pelo candidato o justificavam porque: a) constava do edital, que é a “lei do concurso”; e b) por analogia, e como há lei estadual exigindo os testes para a Polícia Militar do Estado (Lei Complementar nº 50/98, que deu nova redação à Lei 5.301/69), a medida era legal e legítima.

Alfredo Amora, reprovado nesses testes, impetrou mandado de segurança contra o Presidente da Autarquia, pleiteando fosse considerado aprovado no certame, já que o edital exorbitara.

Você, um dos Juizes daquela histórica Comarca, como decidiria ?

### Questão 3

O ESTADO DE MINAS GERAIS, através da Secretaria de Estado da Educação, publicou, no “M.G.” de 8.6.95, ato administrativo que tornou sem efeito a aposentadoria concedida a Dalmo Porto, professor da Escola Estadual “Josemar Rodrigues”, de Itambacuri, em 03.09.88.

O servidor ajuizou ação ordinária contra o Estado, pugnando, em primeiro plano, pelo reconhecimento da prescrição e/ou decadência do direito estatal de anular o ato de concessão da sua inatividade, mais de cinco anos depois da sua publicação. E, no mérito, sustenta a regularidade do seu tempo de serviço, documentalmente comprovado e suficiente ao deferimento do pleito da aposentadoria.

Defendeu-se o Estado, alegando: a) que não ocorre prescrição ou decadência nas situações de patente ilegalidade, ou naquelas que se renovam mês a mês, como no caso em exame, em que são devidas prestações periódicas; b) que os enunciados n.ºs 346 e 473 da Súmula do Colendo Supremo Tribunal Federal dão à Administração Pública o poder de rever os seus próprios atos e anulá-los, em caso de vício, ou de revogá-los, por inoportunos ou inconvenientes; e c) que o autor, embora de boa fé, computou tempo de serviço não aceito pelo Tribunal de Contas, que lhe negou o registro da aposentadoria, tendo a Secretaria apenas cumprido a decisão desse Órgão Fiscalizador.

Você, Juiz local, como decidiria o caso ?

### Questão 4

Servidor estadual aposentado do Poder Executivo impetrou mandado de segurança contra ato de autoridade que determinou o corte de seus vencimentos acima de determinado “teto” - o chamado “abate-teto” - com fundamento em lei estadual e na Emenda Constitucional que instituiu o limite máximo por ele questionado.

Defenderam-se – a autoridade e o ESTADO - sustentando que a matéria envolvia discussão jurídica extremamente complexa, ou seja: a legislação federal a respeito; a legislação estadual recente (Lei 15.013/2004); as Emendas 19, 20 e 41; a aplicabilidade do art. 17 do ADCT a fatos posteriores a essas reformas; o alcance e a eficácia do poder de emendar; a conceituação de poder constituinte derivado; o estudo das cláusulas pétreas; a conceituação de direito adquirido em face da Emenda Constitucional; a noção de ato jurídico perfeito; o problema da irretroatividade das leis e das Emendas à Constituição; a autonomia do Estado-Membro; e o conceito de federação, entre outros, exigindo, na solução do caso, a definição e a explicitação de princípios, conceitos e institutos de extrema complexidade, a respeito dos quais grassa profunda discussão nos meios políticos e judiciais.

Essa complexidade da matéria de direito impossibilita, segundo o impetrado, a viabilidade da concessão, que exige o pressuposto do “direito líquido e certo”, que no caso – e pelos motivos apontados -- **é absolutamente duvidoso**, mesmo porque a última palavra cabe ao Supremo Tribunal Federal.

A controvérsia assinalada impede a concessão da ordem ?

### **Questão 5**

O Município de Piumhi, através do Decreto Municipal nº 1.982, de 2.12.1999, declarou de utilidade pública o imóvel constituído pelos lotes nºs. 10 e 11, da quadra 120, do Bairro “Alto da Cruz”, situado naquela cidade, explicitando a necessidade de construir um posto de distribuição de alimentos à população carente.

A Câmara de Vereadores, que, na sua maioria, era constituída por integrantes da oposição ao Prefeito, protestou contra a medida, apoiada pela imprensa, dizendo que, na realidade, ele pretendia apenas “proteger um compadre seu”, que era produtor de hortaliças.

Tendo em vista a repercussão, na opinião pública, do protesto legislativo, o Prefeito voltou atrás e decidiu construir no imóvel um posto de saúde, o que efetivamente fez.

Inconformado, Frederico Cassini, proprietário do terreno, propôs ação anulatória de ato administrativo, objetivando anular a intentada desapropriação, alegando nulidade do ato e abuso de poder, na insidiosa forma do desvio de finalidade.

Requeru liminar, sem audiência prévia do Poder Público, que lhe foi negada.

O Município sustenta que o interesse público foi preservado e que a questionada mudança de destinação não caracteriza uso abusivo do poder.

Você, Juiz local, como decidiria ? Considere:

- 1) se a negativa da liminar foi legal;
- 2) os conceitos de conveniência e de poder discricionário e se são aplicáveis ao caso;
- 3) a regularidade do Decreto de declaração de utilidade pública; e
- 4) a sua existência ou não na hipótese e o que é desvio de finalidade.

**BOA SORTE !!!**

# ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## PROVA DE DIREITO COMERCIAL

Examinador: Des. Ernane Fidelis

### Questão 1

Em outubro de 2002, a empresa Ferreira Comércio Ltda. firmou promessa de compra e venda com João Pereira, para aquisição de imóvel, cujo pagamento seria feito no momento da assinatura do contrato de transferência, sendo parte em dinheiro e parte com emissão de notas promissórias *pro solvendo*, com aval de todos os sócios.

A compra e venda foi realizada em julho de 2003, conforme o pactuado, inclusive com a emissão dos títulos, todos avalizados e transferidos a terceiro.

A esposa de um dos sócios, casada sob o regime de comunhão de bens, mas separada judicialmente em dezembro de 2002, propôs ação contra o credor, pleiteando a nulidade do aval, já que a ele não assentira no título emitido na vigência do novo Código.

O credor apresentou defesa, com os seguintes argumentos:

1. A lei referente a cambiais não foi revogada; logo as exigências para o aval aos títulos de crédito em geral não se aplicam à nota promissória;
2. Se a promessa de compra e venda foi realizada antes da vigência do Código Civil de 2002, a obrigação de contratar se orienta pela lei daquele tempo e não do cumprimento da obrigação;
3. Se a separação judicial do casal se deu antes da prestação do aval, o cônjuge não carecia de consentimento do outro para prestar a garantia;
4. Se a sociedade adquiriu o bem, antes da separação judicial, houve aumento de patrimônio que, certamente, beneficiou os sócios e, conseqüentemente, o monte partilhado ou a ser partilhado com relação ao casal.

A esposa respondeu que a exigência de seu consentimento é norma protetiva, de ordem pública, e, em conseqüência, a nulidade é absoluta e deve ser decretada. Analisar e posicionar sobre cada um dos argumentos.

## Questão 2

Prevê o contrato social que, no caso em que ocorra a retirada de sócios, por deliberação da maioria, a apuração da respectiva quota atenderia o valor do último balanço. O excluído provou, porém, que os valores convencionais do balanço eram bem inferiores à realidade e pretendeu que a apuração se fizesse pelo efetivo valor patrimonial da empresa e não apenas pelo escritural, devendo haver avaliação, inclusive levando-se em conta certos bens imateriais adquiridos no curso da atividade da empresa, como a exclusividade de comercialização de produtos famosos, novo ponto comercial, bem como as reservas de capital que seriam volumosas.

Indaga-se, assim:

Devem prevalecer os valores do último balanço, nos moldes contratuais, ou se calcula o valor da quota social, levando-se em conta a própria evolução positiva da empresa no mercado, como, por exemplo, a exclusividade adquirida para venda de produtos, novo ponto comercial, etc. ? E as reservas de capital, incluem-se na apuração de haveres ?

Observação:

Esta questão tem o objetivo de avaliar o senso jurídico do candidato, a coerência da decisão e não apenas o resultado apresentado.

## Questão 3

Foi registrada na Junta Comercial de determinado Estado a empresa *Aço Material Ltda.*, regularizando-se também sua marca *AÇOMAT*. Na cidade vizinha, mas de outro Estado, registrou-se, posteriormente, a empresa *Material Aço Ltda.* que fazia uso da marca *Aço-Mate*.

A primeira empresa fabricava e vendia, no atacado e varejo, peças variadas de aço, de uso diverso, enquanto a segunda, no normal, produzia peças destinadas a emprego específico em maquinaria de indústria, mas aquela, a primeira, com registro anterior, entendia que esta va sendo lesada na exclusividade do nome e marca e promoveu ação, objetivando a cessação das infrações.

A empresa acionada respondeu:

Quanto à denominação:

- a) Idênticos não eram os nomes, pois o seu seria MATERIAL AÇO LTDA e não AÇO-MATERIAL LTDA;
- b) A exclusividade ficaria no âmbito do Estado da Junta Comercial respectiva, e, como no Estado da segunda empresa a autora não se registrou, não haveria impedimento algum para o uso da denominação.

Quanto à marca.

- a) Se as mercadorias respectivas eram diversas, sendo as da empresa acionante com destinação a usos domésticos variados, enquanto as da acionada se destinavam a simples implementação de maquinarias, absoluta era a diversidade dos produtos, embora idêntica fosse a matéria prima;
- b) Não havia a identidade afirmada, pois a marca da acionante era **Açomat**, enquanto a da segunda era **Aço-Mate**;
- c) A expressão **aço** não revela nenhuma novidade. É qualificação genérica, comum, que não pode considerar-se de emprego exclusivo de determinada empresa.

Analisar todos os argumentos.

**Questão 4**

A empresa sacou duplicata fria, isto é, sem correspondência com qualquer compra e venda mercantil.

Houve aceite do sacado e o título foi endossado para terceiro, que, após o vencimento, mas sem protestá-lo, promoveu ação de execução, fazendo, na inicial, referência apenas ao título em si.

Em embargos, o devedor alegou:

- a) Sem protesto, a duplicata não poderia ser executada.
- b) Sendo a duplicata título causal, se a petição inicial não descreve o negócio subjacente, é inepta.
- c) O terceiro beneficiado por endosso de duplicata, ainda que aceita, fica sujeito ao reconhecimento da nulidade de título sem causa, já que tem a obrigação de pesquisar a respeito, sob pena de correr o risco da exceção.

Analisar os argumentos estritamente sob o ângulo do Direito Comercial.

### **Questão 5**

A falência, juridicamente, é mais um meio que se põe à disposição do credor para recebimento de seu crédito, ou atende também a interesse social de extinção da empresa ineficiente ? Com fundamento na resposta que o candidato venha a ter, propõe-se a seguinte indagação, cuja resposta, diga-se passagem, não tem uniformidade doutrinária:

O art.1º do Dec.Lei 7661/45(Lei de Falência) considera caracterizada a falência, quando a dívida for constante de título que legitime ação executiva. Além dos títulos executivos judiciais (art.584 do CPC), existem também os extrajudiciais, devidamente nominados, inclusive com a genérica afirmação de que outros podem constar na legislação esparsa(art.585, I/VII).

Pergunta-se, então: todos os títulos executivos extrajudiciais que ensejam ação executiva são hábeis ao requerimento de falência, ou alguns não o são ? Se não, qual seria o critério distintivo ?

Observação:

Nesta questão, sem necessidade do candidato demonstrar erudição excessiva, o que interessa é a análise de sua capacidade de enfrentamento e exposição da conclusão.

**BOA SORTE !!!**

# **ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”**

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## **PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Examinador: Des. Kildare Gonçalves Carvalho

### **INSTRUÇÕES:**

- As respostas devem ser objetivas, não havendo necessidade de se estender demasiadamente sobre a matéria.
- Não transcreva artigos da Constituição, sendo suficiente a indicação dos dispositivos pertinentes às respostas.

### **Questão 1**

Dê o significado de Constituição material, Constituição formal, Constituição aberta e Constituição culturalista

### **Questão 2**

Diferencie princípios e regras constitucionais.

### **Questão 3**

Discorra sobre :

- a) inconstitucionalidade com e sem redução de texto;
- b) interpretação conforme a Constituição;
- c) inconstitucionalidade por omissão;
- d) mandado de injunção.

#### **Questão 4**

Dispõe o § 2º do art. 5º da Constituição brasileira de 1988, que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

À luz desta disposição constitucional, pergunta-se:

- a) a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro é automática, ou depende de ratificação pelo Congresso Nacional? Justifique.
- b) há equivalência dos mencionados tratados com a lei ordinária? Justifique.

#### **Questão 5**

O Presidente da República pode vetar projeto de lei de sua própria iniciativa? Justifique.

**BOA SORTE!!!**

# ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## PROVA DE DIREITO CIVIL

Examinadora: Profª Juliana Cordeiro de Faria

### Questão 1

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, julgando recurso de apelação manejado nos autos de ação de separação judicial litigiosa, assim decidiu:

*“SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA. VIOLAÇÃO DOS DEVERES CONJUGAIS. CULPA. PROVA. DESCABIMENTO. DANO MORAL. IMPOSSIBILIDADE, EMBORA ADMITIDO PELO SISTEMA JURÍDICO.*

*-É remansoso o entendimento de que descabe a discussão da culpa para a investigação do responsável pela erosão da sociedade conjugal.*

*-A vitimização de um dos cônjuges não produz qualquer seqüela prática, seja quanto à guarda dos filhos, partilha de bens ou alimentos, apenas objetivando a satisfação pessoal, mesmo porque impossível definir o verdadeiro responsável pela deterioração da arquitetura matrimonial, não sendo razoável que o Estado invada a privacidade do casal para apontar aquele que, muitas vezes, nem é o autor da fragilização do afeto.*

*-A análise dos restos de um consórcio amoroso, pelo Judiciário, não deve levar à degradação pública de um dos parceiros, pois os fatos íntimos que caracterizam o casamento se abrigam na preservação da dignidade humana, princípio solar que sustenta o ordenamento nacional.*

*-Embora o sistema jurídico não seja avesso à possibilidade de reparação por danos morais na separação ou no divórcio, a pretensão encontra óbice quando se expurga a discussão da culpa pelo dissídio, e quando os acontecimentos apontados como desabonatórios aconteceram depois da separação fática, requisito que dissolve os deveres do casamento, entre os quais o de fidelidade.*

*-Não há dor, aflição ou angústia para indenizar quando não se perquire a culpa ou se define o responsável pelo abalo do edifício conjugal” (Ap. 70005834916, rel. Des. José Carlos Teixeira Giorgis, j. 02.04.2003)*

Do extrato supra, observa-se que o TJRS considerou incabível a investigação da culpa de um dos cônjuges pela separação do casal. Eliminou, destarte, a culpa como elemento integrante da dissolução do vínculo afetivo.

Faça uma análise crítica do entendimento do TJRS à luz da disciplina da dissolução da sociedade conjugal no Código Civil de 2002 e das teorias modernas do direito de família que sustentam ser inadequada a discussão da culpa pela erosão da sociedade conjugal para fins de atribuição de efeitos jurídicos. Ao final de sua análise, conclua dizendo se confirmaria ou reformaria a decisão do TJRS.

## **Questão 02**

João e Maria casaram-se em 1950, sob o regime da comunhão de bens. Após dois anos de casamento, nasceu o filho de ambos, Pedro. Maria sempre desejou ter uma filha, mas não conseguia engravidar. Descobriu, então, que se tornou infértil. Como sua vontade de ser mãe de uma menina era enorme, sempre insistiu com seu marido para que adotassem uma criança. Após muito diálogo, decidiram adotar Flávia, filha recém-nascida de sua empregada que não tinha condições de criá-la. Observadas todas as solenidades, a adoção se consumou no ano de 1960.

No ano seguinte à adoção, adquiriram um sítio (avaliado em moeda atual em R\$100.000,00), único imóvel do casal. Em junho de 1985, Maria adoeceu, vindo a falecer no mês de novembro daquele ano.

Após encerrado o inventário de Maria (março 1987), João casou-se com Moema, sob o regime da comunhão parcial de bens. Dessa união nasceram três filhos (Júlia, Joelma e Marcos). João e Moema adquiriram onerosamente significativo patrimônio, avaliado em 1990 em R\$600.000,00.

João, pretendendo tornar-se sócio de arriscado empreendimento, decidiu doar, juntamente com Moema, a filhos e netos a maior parte do patrimônio. A doação se consumou em dezembro de 1990, nos termos seguintes: a) para Júlia, foi doada uma casa, no valor de R\$300.000,00; b) a Guilherme, filho de Júlia, doou-se um terreno avaliado em R\$20.000,00; c) para Bruno, filho de Joelma, deixou-se uma sala, estimada em R\$30.000,00; d) para Joelma, doou-se um terreno, no valor de R\$100.000,00 e, finalmente, e) para Marcos, foi doado um apartamento, no valor de R\$50.000,00.

Ao contrário do que temia, o empreendimento tornou-se um sucesso. João, então, adquiriu o controle da sociedade tornando-se detentor de 90% das cotas sociais, avaliadas em R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Em 1998, o pai de Moema doou-lhe uma fazenda no valor de R\$100.000,00. No mesmo ano, João recebeu um terreno, em legado de seu tio, no valor de R\$100.000,00.

A partir de 15 de janeiro de 2003, João endividou-se. Antes, porém, de vencidos os débitos, promoveu a alteração judicial de seu regime de bens, que passou a ser o da separação de bens (março 2003). Com a alteração transferiu para Moema a totalidade do patrimônio, exceto o terreno legado de seu tio. Nenhum outro bem foi adquirido após.

Em outubro de 2003, em viagem à França, João e Joelma faleceram, vítimas de um mesmo acidente ferroviário. Diante da gravidade do incidente, não foi possível saber quem faleceu primeiro, se Joelma ou João.

Considerando que: 1) Joelma deixou dois filhos, Bruno e Pablo; 2) João deixou dívidas no valor de R\$200.000,00 provenientes de aval à pessoa jurídica da qual era sócio; 3) João deixou testamento público, feito em 1999, reconhecendo como seu filho, Hugo (proveniente de uma relação concubinária, há muito rompida) e legando-lhe o terreno herdado do tio em 1998; 4) no mesmo testamento, João dispensou Júlia de trazer à colação o bem que lhe fora doado.

### **Indaga-se:**

Como se dará a sucessão de João, ou seja, quem serão seus sucessores e qual a cota parte que tocará a cada um deles? Fundamente sua resposta analisando todos os aspectos fáticos e jurídicos narrados na questão, inclusive a validade das disposições testamentárias, das doações e transferências patrimoniais. Aponte, ainda, os mecanismos existentes para a correção de eventuais vícios e as pessoas legitimadas para impugná-los.

### **Questão 03**

“A *pós eficácia das obrigações* deriva do fenômeno chamado *culpa post pactum finitum*, verificado na década de 20 na jurisprudência alemã, que acabou por consagrá-lo muito antes da doutrina dele tomar nota ...

Com efeito, para contornar a resposta negativa do ordenamento jurídico à indenização de danos causados por situações surgidas depois de extinto o contrato e que não encontrassem previsão nos *tipos* abrigados no BGB..., construiu-se a teoria da *culpa pos pactum finitum*, da qual, portanto, emerge a responsabilidade pós-contratual.” (TREVISAN, Marco Antônio. Responsabilidade civil pós-contratual. *Revista de Direito Privado*. São Paulo, n. 16, out-dez. 2003, p. 206).

O Direito brasileiro agasalha a teoria da *culpa pos pactum finitum*? Fundamente sua resposta, indicando um exemplo prático.

### **Questão 04**

Jairo adquiriu de Paulo, em 1996, mediante contrato de compra e venda, devidamente registrado no mesmo ano, um terreno de 100.000,00 ha, situado no Estado da Bahia. Realizou no imóvel obras relevantes, tornando-o produtivo e ali fundando uma vila, onde se instalou uma cooperativa de inúmeros agricultores, escola, igreja, lojas variadas, etc. Jairo, também ali, edificou sua moradia e de sua família. Em Janeiro deste ano foi surpreendido com uma ação reivindicatória intentada por Rafael, sob o fundamento de que Jairo comprou o imóvel de quem não era dono (*venda a non domino*).

Diante deste quadro, indaga-se:

A) Jairo pode argüir, com sucesso, a exceção de usucapião do imóvel? Fundamente sua resposta.

B) É também possível invocar-se, com êxito, o disposto no art. 1228, parágrafo quarto do Código Civil de 2002 - “*desapropriação judicial*”? Caso afirmativo, quais as providências a serem tomadas e quais os requisitos deverão ser observados? Fundamente sua resposta.

### **Questão 05**

Dispõe o art. 317 do Código Civil de 2.002 que “*quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação*”.

Outrossim, encontra-se previsto no art. 478 do mesmo diploma legal, o seguinte: “*Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação*”.

Por fim, o Código de Defesa do Consumidor contém, em seu art. 6º, V, disposição segundo a qual “*São direitos básicos do consumidor ... a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas*”.

Os artigos citados disciplinam o mesmo fenômeno jurídico ou fenômenos diversos? Explique, apontando as eventuais distinções e semelhanças.

**BOA SORTE!!!**

# **ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”**

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## **PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Examinador: Des. Sérgio Antônio de Rezende

### **Instruções:**

Aborde cada questão abaixo, em seus principais aspectos, de forma objetiva, evitando transcrever artigos de lei, bastando somente a respectiva menção, usando seu próprio vocabulário.

### **Observação:**

Importante ressaltar que não é a extensão de um comentário que resultará numa melhor avaliação, mas, sobretudo o conteúdo correto e a forma de exposição clara e objetiva.

### **Questão 1**

DA COISA JULGADA: formal e material - limites objetivos e subjetivos

### **Questão 2**

A JURISDIÇÃO CIVIL: contenciosa e voluntária - principais diferenças

### **Questão 3**

A FUNÇÃO SANEADORA: providências preliminares - a réplica

### **Questão 4**

O PROCESSO CAUTELAR: medidas típicas e atípicas - o poder geral de cautela

### **Questão 5**

OS EMBARGOS DE TERCEIRO: o cônjuge como embargante - a fraude de execução

**BOA SORTE!!!**



# ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Examinador: Des. Joaquim Herculano

### Questão 1

Explique, exemplificando, o significado de prova ilícita por derivação.

### Questão 2

Luiz Bernardino foi denunciado como incurso nas penas do artigo 121 *caput* do Código Penal e artigo 14 da Lei nº 10.826/03.

Realizada a instrução, ficou comprovado, estreme de quaisquer dúvidas, que agiu o denunciado em legítima defesa em relação ao homicídio, restando configurado, todavia, o crime de porte ilegal de arma de fogo, apenado com reclusão de 2 a 4 anos e multa.

Explique, em no máximo 15 (quinze) linhas, qual a decisão e/ou providência que o juiz deve tomar em toda a sua extensão, em relação a ambas as imputações, na fase da pronúncia.

### Questão 3

Honório Calado foi denunciado pelo crime de induzimento ao suicídio. Finda a instrução a defesa foi intimada para os fins do artigo 406 do Código de Processo Penal, tendo, todavia, omitido-se em oferecer alegações. O Juiz pronunciou o réu. Através de novo defensor, no prazo legal, foi agilizado Recurso em Sentido Estrito, armado com a preliminar de nulidade da decisão, por ofensa ao Princípio da ampla defesa, em razão da omissão aludida.

Redija o despacho próprio do Juízo de retratação, enfrentado a referida preliminar.

#### **Questão 4**

Tico, Neco e Nico, membros do Sindicato dos Escritores, fizeram circular documento particular contendo declarações fortemente injuriosas contra o editor Simplício, irmão de Neco.

O ofendido ajuizou queixa-crime contra Tico e Nico.

Pergunta-se: A pretensão do querelante é juridicamente sustentável ? Motivar a resposta em até 10 linhas.

#### **Questão 5**

Hélio Miranda teve contra si deflagrada Ação Penal pelo crime de roubo qualificado pelo emprego de arma. Ao final, restou condenado à pena de 03 anos e 08 meses de reclusão no regime semi-aberto e à multa de 10 dias no quantitativo unitário mínimo.

O órgão ministerial não recorreu da sentença.

A defesa, ao contrário, interpôs recurso, armando a Apelação com preliminar de nulidade, sob alegação de que o decreto condenatório teria se baseado exclusivamente em prova ilícita e, no mérito, buscou a absolvição.

O egrégio Tribunal de Alçada acolheu a preliminar a anulou toda a instrução.

Renovada a prova sem qualquer mácula, o magistrado chegou à conclusão de que a condenação anterior se mostrava correta, à exceção da pena aplicada, que fora imposta, naquela oportunidade, em patamar abaixo do mínimo legalmente cominado, tendo infligido ao acusado, em consequência, a pena de 05 anos e 04 meses de reclusão (mínimo para o crime de roubo qualificado), mantida a pena de multa e o regime da sentença anterior.

Pergunta-se: A nova sentença proferida estaria correta ? Justificar em até 15 linhas.

**BOA SORTE!!!**

# ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
2003/2004

## PROVA DE DIREITO PENAL

Examinador: Des. Kelsen do Prado Carneiro

### Questão 1

Ludovico, vulgo “Ratão”, e Rovenilson, vulgo “Jiló”, dirigiram-se até uma mercearia e aguardaram que seu proprietário, Pacífico da Rosa, fechasse o estabelecimento, visando subtrair coisa alheia móvel. O imóvel, constituído de dois andares, também era utilizado como moradia do dono. O acusado Ludovico permaneceu no piso inferior e tocou a campainha, enquanto Rovenilson aguardava na varanda, no segundo andar da casa. Uma menor, filha de Pacífico, abriu a porta e se deparou com o ladrão munido de uma arma de fogo, tendo o mesmo, anunciando o assalto, a empurrado para dentro da residência. Pacífico, ouvindo os gritos da filha, saiu do banho e, deparando-se com o assaltante na sala, acabou mortalmente baleado, em decorrência de imprevidente reação de sua parte. Em seguida, os dois ladrões fugiram, sem nada levar.

Neste contexto, definir e explicar o crime praticado, em concurso, pelos dois marginais, dados, a final, como culpados; a forma como foram julgados e o enquadramento deles, no entendimento do candidato.

### Observação:

Presentemente, a respeito da matéria, pacífica jurisprudência se orienta num determinado sentido, o mesmo ocorrendo com a doutrina. Ainda que divergente o entendimento do candidato, a nota será dada levando-se em conta o ponto de vista e a fundamentação com pertinência expendida.

### Questão 2

Rebeldino, de 25 anos, e Astromar, de 19, com unidade de propósitos, praticaram, no mesmo dia e com pouca diferença de tempo, três roubos mediante ameaça exercida com arma de fogo. Praticado o último assalto, descobertos e perseguidos pela polícia, ambos reagiram, matando com três tiros um dos policiais. Presos e autuados em flagrante, corretamente denunciados pelo Promotor de Justiça, foram os dois condenados, nos exatos termos da acusação apresentada. O réu Rebeldino é comprovadamente reincidente e o outro, Astromar, sem antecedentes desabonadores. No desenvolvimento do sumário, submetido o réu Rebeldino a exame de insanidade mental, concluiu o laudo pericial ser o mesmo semi-imputável.

Julgados pelo Tribunal do Júri, pela conexão, considerados ambos como culpados pelos jurados

pela prática dos crimes, tendo o Juiz aplicado as reprimendas de forma absolutamente certa, como acabaram fixadas as penas de cada um?

Observação:

Não há necessidade do candidato, na resposta, estabelecer o “quantum” das penas que os réus mereceriam, mas apenas e tão somente, para um e outro, seguir o caminho e a seqüência para o cálculo e dosimetria das reprimendas, considerando que nenhum dos sentenciados teve a correspondente pena-base estabelecida no mínimo (Ex: o Juiz, para o réu Fulano, considerando o crime de....., fixou a pena-base. Em seguida procedeu.....).

**Questão 3**

Asdrúbal Cornélio, sabendo da infidelidade de sua mulher, procurou o seu amante, Amoroso Vital, com o intuito de matá-lo e, armado com um revólver carregado com 06 balas, nele desferiu dois tiros, acertando ambos em regiões letais. Desferido o segundo disparo, Amoroso suplicou em prantos por clemência, fazendo com que Asdrúbal cessasse a agressão e lhe prestasse socorro, conduzindo-o até um hospital para ser atendido e salvo da morte, resultando-lhe, porém, incapacidade para as suas ocupações habituais por 30 dias, além do evidente perigo de vida.

Neste contexto, por qual delito, no entendimento do candidato, deverá o réu Asdrúbal Cornélio se ver julgado, motivando a resposta, no caso de concluir pela existência de causa ou causas de exclusão da adequação típica.

Observação:

Responda em no máximo 10 linhas.

**Questão 4**

Qual a teoria adotada pelo nosso Código Penal em relação à natureza jurídica da omissão e quais as formas de crime podem ser causados pela conduta omissiva?

Observação:

Resposta motivada, em no máximo 10 linhas.

**Questão 5**

A) Qual o requisito essencial à configuração do crime de incêndio? Se não presente tal requisito, a conduta de atear fogo pode configurar outro, ou outros crimes? No caso afirmativo, qual ou quais delitos?

B) Classifique o crime de formação de quadrilha e dê os requisitos necessários à sua configuração.

**BOA SORTE!!!**

